

Feminismo Tipográfico: mulheres em luta na segunda metade do século XIX

BÁRBARA FIGUEIREDO SOUTO*

Introdução

O número de trabalhos sobre gênero tem crescido nas últimas décadas, em nosso país.¹ À medida que a produção se avoluma, faz-se necessário, contudo, rever algumas idéias já cristalizadas, como aquela que considera o movimento feminista no país um fenômeno do início do século XX, ignorando ou relegando a um segundo plano as ações e o pensamento de várias mulheres que, no século anterior, lutaram contra a discriminação e o preconceito. Este é o propósito da presente comunicação, analisar idéias feministas circulantes na imprensa de fins do século XIX, com ênfase nas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.²

No Brasil, a produção acadêmica sobre o feminismo surgiu na esteira dos movimentos sociais da década de 1970/80.³ Talvez, por esse motivo, as autoras privilegiassem em seus estudos as formas mais organizadas de luta, concentrando as pesquisas nas primeiras décadas do século XX, quando surgiram efetivamente movimentos feministas no país. Isso não significa, contudo, que inexistiram no período anterior ações e pensamentos que deixam entrever certa organização, uma vez que elegem temas semelhantes (participação política, sufrágio feminino, melhoria educacional, respeito) e buscam meios compatíveis de ação, como a imprensa.

Rachel Soihet afirma que existem duas vertentes de estudos sobre o feminismo: uma que foca os movimentos organizados e outra que analisa as “manifestações informais”.⁴ Entretanto, a segunda linha só se desenvolveu após a deflagração da história social e da história cultural.⁵ Isso evidencia como os primeiros trabalhos no Brasil, sobre os feminismos, privilegiaram a primeira vertente mencionada anteriormente. A título de exemplo, vale mencionar o próprio trabalho de Soihet, que analisa o movimento liderado por Bertha Lutz, nas décadas de 1920/30.⁶ Além de

* Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História, pela Universidade Federal de Viçosa. Agradeço ao CNPq pela concessão de três bolsas de iniciação científica, durante a graduação, das quais duas foram dedicadas à temática desse trabalho que apresentamos. Agradeço a Pró-Reitoria da UFV e ao orientador Jonas Marçal de Queiroz, pelas sugestões, correções e conversas sempre agradáveis e enriquecedoras.

Branca Moreira Alves, que trabalha com os movimentos brasileiros do século XX⁷ e a obra de Miriam Moreira Leite, que foca a militância de Maria Lacerda de Moura, entre 1919 e 1937.⁸

Objetivos

Nosso objetivo nessa publicação é analisar as mulheres e as idéias feministas veiculadas na imprensa de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1894. Para tanto, lançamos mão dos periódicos *O Sexo Feminino*; *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*; *A Família*; *Colombo*; *A Província de Minas*; e *A Província de São Paulo*.⁹ Além disso, analisamos folhetins¹⁰ escritos por França Júnior,¹¹ agrupados na obra *Política e Costumes: folhetins esquecidos*.¹²

Essa análise que propomos tem por finalidade conhecer um pouco mais as mulheres que participaram da imprensa, em fins do século XIX, e as idéias a respeito da emancipação feminina, veiculadas por homens e mulheres. Além do caráter de resgate de idéias e personagens ainda pouco conhecidos, essa pesquisa não se limita à descrição. Elementos fundamentais desse trabalho são as análises das idéias dessas personagens, relacionando-as ao seu contexto e aos trabalhos acadêmicos, que ainda têm pouco a dizer sobre alguns pontos tratados em nossas fontes, como a luta pelo sufrágio feminino no XIX e aos projetos de emancipação feminina formulados por homens e mulheres, através da imprensa.

A década de 1870 foi um período privilegiado para imprensa em nosso país. O emprego de máquinas a vapor contribuiu para a modernização e ampliação do volume de jornais que circulavam. Mas para atingir tal patamar, inicialmente, a imprensa precisou caminhar a passos lentos.

A imprensa brasileira escrita pelo sexo feminino teve início no Recife, em 1850, com a publicação dos jornais *A Esmeralda* e *O Jasmim*. Dois anos depois, surge no Rio de Janeiro, *O Jornal das Senhoras*, fundado e dirigido por Joana Paula Manso de Noronha.¹³ Esse periódico circulou até 1855, com publicações aos domingos. Seu objetivo central era ilustrar e emancipar moralmente a mãe de família. Em 1862, no mesmo local, Julia Albuquerque Sandy Aguiar¹⁴ funda *O Bello Sexo*, periódico que em seu cabeçalho anunciava ser *religioso, de instrução e recreio, noticioso e critico*

moderado.¹⁵ Apesar de a curta duração, o objetivo do periódico era grandioso. Ele desejava provocar a manifestação da mulher na imprensa, em prol de seu progresso social e dar oportunidade para o desenvolvimento de suas capacidades, as quais eram olhadas com indiferença pelos homens.¹⁶ Em Minas Gerais, o primeiro jornal redigido por mulheres foi o de Francisca Senhorinha Diniz, que começou a circular no dia 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, tendo por título *O Sexo Feminino*. Em seu cabeçalho, o jornal se definia como sendo um “*Semanario Dedicado aos Interesses da Mulher*”.¹⁷

A pesquisa com jornais nos permitiu caracterizar o que denominamos de “Feminismo Tipográfico”, ou seja, a luta das mulheres, nos fins do século XIX, em prol da melhoria de vida e de seus direitos, por meio da imprensa, acabou por dar contornos específicos ao movimento. Essa expressão que utilizamos foi inspirada na criada por Marshal McLuhan: “Homem Tipográfico”.¹⁸ Segundo o autor, a invenção da imprensa deu origem a uma cultura tipográfica. A partir de então, uma nova cognição teria se iniciado: as pessoas passavam a compreender as coisas da esquerda para a direita e de cima para baixo – da mesma forma como se lê. A analogia que criamos seria no sentido de dizer que a maneira como as idéias feministas foram veiculadas no século XIX – através da imprensa – teria de certa forma condicionado o feminismo brasileiro em sua fase inicial.

Metodologia

Constância Lima Duarte conclui um de seus artigos afirmando que a imprensa teve papel fundamental na “formação de consciências” e como “testemunha” das mudanças ocorridas na vida das mulheres, de fins do século XIX.¹⁹ Porém, nem sempre os estudiosos perceberam a relevância da imprensa para a produção de conhecimento.

De acordo com Tânia Regina de Luca, até a década de 1970, ainda eram escassas no Brasil as pesquisas que utilizavam jornais e revistas como fonte para produzir conhecimento histórico. Entretanto, a imprensa era um campo valorizado. Era comum escrever “História **da** imprensa”, mas não escrever “História **por meio da** imprensa”. Desta forma, os impressos só foram utilizados com credibilidade nos trabalhos de História a partir da terceira geração dos *Annales* e a mudança de concepção de documento proposta por Jacques Le Goff. Ainda assim, lançar mão da imprensa como fonte para o conhecimento histórico gerou alguns equívocos nos procedimentos

do historiador, como encarar os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionados, nos quais o pesquisador extraía da fonte o que ele quisesse confirmar, ou seja, a imprensa era utilizada para complementar informações, quando outras fontes não supriam as necessidades do historiador.²⁰

Nesse trabalho que apresentamos, a imprensa foi nossa fonte principal de leitura e análise. Assim, trataremos da materialidade dos jornais aqui analisados,²¹ pois corroboramos Roger Chartier que afirma que a construção do sentido através da leitura é um processo historicamente determinado e que seus modos e modelos são variáveis de acordo com os períodos, os lugares, as comunidades. Além disso, os significados diversos extraídos de um único texto estão relacionados com os formatos com os quais os leitores o recebem. Chartier não concebe textos abstratos ideais, separados de sua materialidade. Para ele, os textos manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão. Avesso à concepção puramente semântica do texto, o autor acredita que as formas produzem sentidos, ou seja, que um texto estável muda sua significação ao alterar seus dispositivos tipográficos.²²

Os jornais *A Província de São Paulo*, *A Província de Minas* e *Colombo* se encaixavam no modelo básico de jornais que circulavam no século XIX, que possuíam características comuns entre si e eram bem distintos dos jornais que circulam nos dias de hoje. Eles possuíam quatro páginas, que eram preenchidas com artigos, notícias e anúncios. As imagens eram escassas, geralmente limitadas aos anúncios. A primeira página dos periódicos era a mais organizada, menos variável e bastante direta, devido à presença do editorial, local em que os proprietários e redatores dos jornais expressavam seu ponto de vista sobre os assuntos considerados mais importantes; na parte inferior aparecia a seção “Folhetim”, em que eram publicados romances escritos por autores de renome internacional ou crônicas sobre a sociedade do século XIX. A partir da segunda página, a aparente sistematização dos jornais deixa de ser tão lógica e organizada. Os conteúdos dessa página aparecem dispostos de forma aleatória, sem uma separação mais rigorosa, como a presença de artigos científicos ao lado de trechos humorísticos e informações sobre falecimentos. As seções mais frequentes na segunda e terceira páginas eram a “Gazetilha” ou “Noticiário” (dependendo do jornal), que veiculavam pequenas informações, principalmente de caráter local, cuja característica marcante era a variedade. Nessa seção, as notícias eram relatadas de forma bem sucinta; informações

bizarras ocorridas no Brasil e no exterior, como o caso de uma moça que pariu um pequeno monstro; noticiava-se a presença de autoridades na província; as inovações da ciência; dentre outros. Os “Anúncios” eram responsáveis por tomar toda a quarta página do periódico e, por vezes, até mesmo a terceira. Não é possível determinar com precisão a natureza dos anúncios, que iam desde artigos de beleza, de cozinha e da moda até aos anúncios de colégios, remédios e livros. Alguns periódicos apresentavam os anúncios na primeira página, o que os associavam ao comércio. Os demais geralmente tinham caráter político, ou seja, eram porta-vozes de partidos ou facções políticas. Muitos assumiam abertamente este caráter, inscrevendo em seu cabeçalho o termo “órgão oficial”; outros estampavam o termo “órgão independente”, o que nem sempre significava isenção político-partidária.

Os jornais femininos eram pouco padronizados. *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, de propriedade de Francisca Diniz, não sofreram modificações significativas ao longo de suas publicações. Esses periódicos apresentavam quatro páginas, geralmente, com apenas duas colunas cada. A publicação era semanal, apenas em momentos especiais sua periodicidade era alterada para quinzenal.²³ A única seção fixa era o editorial,²⁴ espaço no qual a redatora publicava um artigo de maior extensão e, provavelmente, que ela julgava de maior relevância. Algumas seções apareciam com mais frequência, como: “Litteratura”, “Collaboração”, “Variedade”, “Religião”, “Noticiario” e “Aviso”. Estas características reunidas faziam de ambos os jornais uma publicação relativamente obsoleta em fins do século XIX, sobretudo se os compararmos com os jornais de maior circulação, que já utilizavam cores em alguns anúncios, seis colunas e grande formato. Entretanto, o que nos interessa não são apenas as características do impresso, mas também o seu conteúdo.

Passemos agora para a publicação de Josephina Alvares de Azevedo.²⁵ Seu jornal começou a ser publicado no dia 28 de novembro de 1888, intitulando-se *A Família: jornal litterario dedicado á educação da mãe de família*. Porém, pela diagramação e pelos escritos de Zefa,²⁶ percebemos que se tratava mais de uma revista do que propriamente de um jornal. Na verdade, ao longo de sua publicação, o periódico ora se assemelhava a uma revista ora a um jornal, alternando estas fases várias vezes. A primeira delas ocorreu em 24 de maio de 1890 – quando completou um ano e seis dias que *A Família* estava sendo publicada no Rio de Janeiro.

Nos momentos em que *A Família* assumia a forma de revista, circulava semanalmente, contendo oito páginas. Nessas páginas não era comum aparecer o nome de muitas seções separando determinados conteúdos específicos, como ocorria com frequência nos jornais de fins do século XIX. Josephina Azevedo geralmente separava o jornal em apenas três seções: “Expediente”, na qual concedia breves informações aos leitores; “A Família”, seção na qual a redatora escrevia o editorial; e “Como nos tratam”, local em que “Zefa” transcrevia os trechos que a imprensa contemporânea publicava a respeito de sua revista. Os demais artigos publicados pelas colaboradoras e pela própria Josephina Azevedo eram colocados ao longo da revista, separados apenas pelos títulos. Mas vale ressaltar que ao poucos a redatora foi lançando novas seções como: “Theatros”; “Indicador” e “Novidades”.

O formato jornalístico do *A Família* não diferia muito da revista. As seções permaneceram as mesmas, somando-se a seção “Anúncios”, que preenchia a última página das publicações. O número de páginas foi reduzido para quatro, adequando-se a certo padrão dos jornais do século XIX. Houve também variação nas colunas, que no formato de revista eram três e, partir de então, passou a ser cinco. Por fim, no dia 5 de julho de 1890, iniciava-se a publicação da seção “Folhetim”.²⁷ O primeiro número dessa seção foi escrito por Josephina Alvares de Azevedo, a qual escreveu sobre o teatro no Brasil. A partir de então, passou a publicar romances-folhetim, para utilizar o termo de Marlyse Meyer.²⁸

Quanto aos grupos para os quais eram destinadas as publicações e a materialidade dos impressos, vimos a necessidade de discutir alguns conceitos de Roger Chartier. Para o historiador, a leitura não é universal, está sempre vinculada a gestos, espaços e hábitos. É preciso considerar que a forma de ler é historicamente construída, cada um compreende a forma textual de uma maneira, e assim, concede um sentido diferente para o escrito.²⁹ A título de exemplo vale observar a formatação de um jornal feminino e um jornal masculino de fins do século XIX:



É perceptível que o jornal feminino utilizou a diagramação mais espaçada (consequentemente, com menos texto), o que facilitava sua leitura. Além disso, sabemos que os jornais acima foram impressos por tipografias diferentes. A máquina a vapor utilizada pelo *A Província de São Paulo* permitia impressão em folha maior e com mais colunas. Entretanto, a escolha da diagramação seria uma mera questão de tecnologia? Ou seria intencional, que o jornal feminino se apresentasse de forma mais didática, com o intuito de convidar as mulheres a um tipo de leitura que muitas ainda não estavam habituadas?

Resultados da pesquisa e discussão

A pesquisa nos permitiu repensar o Movimento Feminista brasileiro. Além disso, ela trouxe à tona mulheres e idéias ainda pouco conhecidas em nossa atualidade. Infelizmente, não poderemos analisar aqui todas as mulheres que nos foram reveladas, mas para que o leitor conheça um pouco as personagens que nos acompanharam nesse percurso, apresentaremos algumas jornalistas e colaboradoras.

Damiana Pestana não foi proprietária de jornais, mas contribuía com artigos que tratavam, principalmente, das questões femininas e da educação. Ela reivindicava a valorização das mulheres de letras, pois observava que as mulheres eram olhadas com desconfiança e suas produções tratadas com ironia. Damiana Pestana defendia que essa atitude para com as mulheres era fruto da escassez de instrução a elas concedida, por isso a solução era aprimorar a educação feminina.³⁰ Infelizmente, nas coletâneas atuais que trazem antologias femininas, ainda não encontramos trabalhos dedicados ao estudo da vida dessa educadora. Entretanto, as fontes nos revelaram que ela, juntamente com seu marido, Rangel Pestana,³¹ eram proprietários de um colégio para meninas fundado na década de 1870, na capital paulista. De acordo com E. Jordão, o colégio dos Pestana satisfazia com eficácia as necessidades da mulher “cujos pólos de existência são – o lar

e o amor – uma estrada longa e ampla, que vae ter ao jardim real da cultura das sciencias e artes”.³² Para reforçar as habilidades intelectuais de Damiana Pestana, mencionamos sua contribuição no *Almanak Litterario de São Paulo*, que se tratava de um dos mais importantes meios de difusão de informação no período.³³ Mas o que era esse *Almanak*? Lucio de Mendonça publicou um artigo no *A Provincia de São Paulo*, explicando que se tratava de uma publicação criada por José Maria Lisboa, que veiculava grande variedade de assuntos, tais como folhinha do ano, horários e preços de passagens da estrada de ferro, biografia de pessoas ilustres, informações, memórias, cômputo eclesiástico³⁴ e produções literárias.³⁵ Podemos observar que esse impresso, organizado por Lisboa, era uma coletânea de caráter intelectual e cultural, por isso a colaboração de Damiana Pestana deve ser ressaltada, já que cerca de duzentas pessoas escreveram no *Almanak* entre 1876 e 1885 e apenas seis eram mulheres.³⁶

Outra colaboradora de jornais era Palmyra Cerqueira Leite. Em um de seus artigos ela se declarou “insuficiente”, ou seja, não possuir instrução adequada, ser pobre intelectualmente e temer seus “rudes pensamentos”.³⁷ Apesar de tal afirmação, Palmyra Leite estudou na Inglaterra, adquirindo formação em música, em línguas e na área científica. A estudante era uma admiradora das estrelas, fato observado em suas cartas trocadas com o astrônomo Camille Flammarion. Além disso, ela se associou ao casal George Whitehil Chamberlain e Mary Annesley Chamberlain, tornando-se uma das fundadoras e, primeira a lecionar história, na Escola Americana de São Paulo, que posteriormente transformou-se na Universidade Mackenzie.³⁸ Em seus artigos, Palmyra Leite corroborava Damiana Pestana, ao defender o aprimoramento da educação e da ilustração das mulheres. Portanto, a exemplo de Damiana Pestana, Palmyra também era uma mulher com admiráveis dotes intelectuais, mas que aparentemente se mostrava acanhada ao apresentar suas idéias em jornais masculinos, como o *A Provincia de São Paulo*, provavelmente pelo fato de ser mulher e compartilhar um espaço que era majoritariamente masculino.

Nossa terceira mulher é Maria Amália Vaz de Carvalho, que apesar de portuguesa, tinha seus escritos publicados com certa regularidade pela imprensa brasileira. Encontramos vários artigos seus no *Diário Popular*, no *Jornal do Comércio*³⁹ e na *Provincia de São Paulo*. Consta na *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* que Maria Vaz de Carvalho possuía descendência de avós privilegiados nas letras e nas

armas. Ainda de acordo com tal referência, a portuguesa publicou seu primeiro romance poético, intitulado *Uma Primavera de Mulher*, no ano de 1867. Este romance foi apenas o início de uma vida de intensa produção literária, afinal Maria Vaz foi responsável por mais de vinte produções literárias, das quais apenas uma teve a contribuição de seu marido, o poeta Gonçalves Crespo.⁴⁰ A escritora manteve por cinquenta anos um salão literário em Lisboa, que foi freqüentado por intelectuais como Eça, Camilo e Ramalho Ortigão.⁴¹ Além disso, vale ressaltar que ela foi a primeira mulher eleita para a Academia das Ciências de Lisboa.⁴² Essa escritora sustentava a idéia de papéis diferenciados entre homens e mulheres. Em seu artigo intitulado “Carta a uma noiva”,⁴³ a literata ressaltava a importância de a esposa se sacrificar. Quando a mulher assumia o lugar de esposa na casa, devia se afastar de tudo que fosse agradável, mas isso não era doloroso nem mesmo “inútil mutilação do teu ser”. Quanto mais a mulher se sacrificava, mais ela se sentia bem. Era uma espécie de processo para ascensão a uma “esfera superior”. Na esfera inferior estavam as futilidades, as vaidades, as infantilidades, os despeitos de raiva, tudo o que era mesquinho e imperfeito. Já na esfera superior estava a tranquilidade, a consciência plena de ter atingido o patamar mais elevado, aquele que depurava, que fazia a mulher compreender o motivo pelo qual estava no mundo. Maria Carvalho findou o artigo, revelando o segredo da arte de ser esposa e mãe: não ser feliz às custas dos nossos, mas fazer feliz os nossos e à nossa custa. Era esse o pensamento do que era ser mãe e esposa. Para Maria Vaz de Carvalho, esse caminho começava com sacrifício e terminava com a apoteose.

Tal qual Maria Vaz de Carvalho, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que também foi uma mulher que não se limitou às atividades do âmbito privado, defendia a existência de uma esfera feminina.⁴⁴ No dia 28 de janeiro de 1874, ela escreveu um artigo para criticar o regime monárquico do Brasil, por copiar a Europa e os Estados Unidos em inúmeras atividades, mas não imitá-los nos progressos legislativos em prol dos direitos das mulheres. Francisca Diniz acreditava que o “progresso intellectual” da mulher caminhava sem perder terreno e que essa bagagem cultural não afastava o sexo feminino de sua esfera. A escritora expõe em seu periódico a importância da mulher educar bem seus filhos, ser boa esposa e possuir os valores morais transmitidos pela Igreja, mas para isso a mulher precisava ter uma liberdade compatível com seus “belos e nobres sentimentos”.⁴⁵

Essa mineira foi proprietária dos jornais *O Sexo Feminino*, *O Quinze de Novembro do Sexo*, *A Voz da Verdade* e da revista *Primavera*. Francisca Motta foi casada com o advogado e jornalista José Joaquim da Silva Diniz, também proprietário de um jornal circulado na Cidade da Campanha intitulado *O Monarchista*,⁴⁶ em cuja tipografia era impresso *O Sexo Feminino*.⁴⁷ Durante sua estadia em Campanha, a redatora lecionou na Escola Normal⁴⁸ e quando mudou-se para o Rio de Janeiro fundou o Collegio Santa Isabel e a Escola Doméstica, em parceria com suas filhas Amélia Diniz, Eulália Diniz e Elisa Machado Coelho.⁴⁹ Além de optarem pelo magistério, Elisa Machado foi folhetinista do periódico, no qual publicou o romance *A Diva Isabel*, e Albertina Diniz⁵⁰ era responsável por traduções de artigos em língua francesa. Além disso, dava aulas de piano e foi co-autora do romance de Francisca Diniz, *A Judia Rachel*.

Em 1873, no primeiro ano do jornal de Francisca Diniz, quando o mesmo ainda era publicado na cidade da Campanha da Princesa, Albertina Diniz, Amélia Diniz, Ernestina Fagundes Varela, Candida A. dos Santos, Narciza Amalia, Laura Eulina G., Luiza E. Pereira, Majoles, Anna Ely, Maria Leonilda Carneiro de Mendonça, I. de B. Leite e Ignez Flavia d'Aguiar Mourão foram as mulheres que assinaram os artigos, poesias e charadas publicadas no *Sexo Feminino*. Em 1874, quando o jornal começou a ser impresso no Rio de Janeiro, foram Narciza Amalia, Marcolina Higgins, Z., Maria Deraisme, “Por uma Brasileira”,⁵¹ B. da V da B., Maria Candida M. de Vasconcellos, Maria Joaquina de Mesquita e Rocha, Leopoldina de J. Paes Mamede, Anna Maria Ribeiro de Sá, Marianna C. de Arantes, S. Q., A. Marques e Maria Peregrina de Souza, que assinaram todo o conteúdo divulgado naquele periódico. Ainda sob o título de *O Sexo Feminino*, no ano III do impresso de Senhorinha Diniz, foram Elisa Diniz Machado Coelho, Palmyra de Abreu, G.D., Antonio José, M.V., Eulalia Diniz, S.Q., Josefa Esteves de G. Del Canto e Narcisa Amália, que assinaram o conteúdo publicado. Finalmente, quando o jornal passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, foram os nomes de Elisa Diniz Machado Coelho, F.S. Moreira, Lopes Sabino Pinho Maia, Placido D'Abreu, Raphaelina Gomes Marcondes, Elisa Augusta de Villeróz, ***,⁵² Maria Clara Vilhena da Cunha, Julia Lopes e Narcisa Amália, que apareceram nos impressos.

Uma das mulheres de renome que apareceram assinando o conteúdo do *Sexo Feminino* foi Narcisa Amália. Segundo a escritora portuguesa Guiomar Torrezão, Narcisa era carioca, natural de S. João Barra e filha do “ilustrado” professor Jacome de Campos, a quem “deve ella a esmerada cultura intellectual que aproveitou os germens occultos e desabotoou os viçosos gomos convertendo-os em outras tantas flôres de delicado matiz e singularissimo perfume.”⁵³ A mãe de Narcisa, Inácia de Campos, foi professora, profissão à qual a filha também se dedicou. A carioca publicou seu primeiro livro em 1872, intitulado *Nebulosas*. A crítica literária recebeu muito bem a obra de Narcisa Amália, a qual foi elogiada por pessoas como Silvio Romero, o Imperador D. Pedro II,⁵⁴ Luciano Cordeiro e Pessanha.⁵⁵ Segundo Sylvia Paixão, Narcisa Amália foi a primeira pessoa do sexo feminino a se profissionalizar como jornalista, divulgando através da imprensa seus ideais abolicionistas, de defesa de seu sexo e dos oprimidos, e republicanos – mesmo que ela tenha sido uma admiradora do Imperador.⁵⁶ A escritora colaborou em diversos jornais literários, como *Echo Americano* e *Artes e Letras*.⁵⁷ No ano de 1884, a jornalista fundou o *Gazetinha*, jornal de publicação quinzenal, de pequena dimensão, que era suplemento do *Tymburitá*, periódico que recebeu como subtítulo “folha dedicada ao belo sexo”.⁵⁸

Guiomar Torrezão nos informou que Narcisa Amalia seguiu a mesma carreira da mãe, mas não entrou em maiores detalhes sobre a influência da mãe na formação e genialidade da filha. Em contrapartida, a jornalista não economizou elogios ao pai da escritora carioca, deixando exclusivamente para ele o mérito de a filha ter se tornado uma destacada mulher de letras. Mais uma vez, pagava-se um tributo aos homens para que fosse possível divulgar o pensamento de uma mulher.

Maria Inês Lopes Sabino Pinho Maia foi outra mulher a veicular suas idéias no periódico de Francisca Diniz. Inês Sabino era natural de Salvador, cujos pais eram Sabino Olegário Ludgero Pinho e Gertrudes Pereira Alves Maciel. Seu pai foi um médico homeopata que se preocupou em ilustrar a filha, enviando-a a Inglaterra para a mesma aperfeiçoar seus estudos.⁵⁹ Segundo Zahidé Lupinacci Muzart, a estadia de Inês Sabino em terras inglesas foi breve devido ao falecimento do progenitor. Ao retornar ao Brasil, a estudante desejou formar-se em Letras, por isso arrumou mestres que eram lentes da Faculdade de Direito, como Tobias Barreto e Pedro Autran da Mata Albuquerque.⁶⁰ Maria Inês Sabino foi autora de contos, romances, poesias, memórias e

biografias, além de participar ativamente da imprensa.⁶¹ De acordo com Muzart, Inês Sabino é ainda muito lembrada pela sua obra *Mulheres ilustres do Brasil* (1899), na qual a autora traçou a biografia de brasileiras patriotas, lutadoras de guerra e escritoras.⁶² Inês Sabino colaborou de forma militante na imprensa, escrevendo em publicações femininas e divulgando a luta pelos direitos das mulheres, enfatizando a questão do desenvolvimento intelectual feminino.⁶³

O caso de Inês Sabino se assemelha ao de Narcisa Amália no que diz respeito ao privilégio dado à figura paterna, em relação ao desenvolvimento intelectual da filha, cabendo à mãe apenas o papel de progenitora.

Finalizamos nossa análise com uma mulher ainda pouco conhecida pelos pesquisadores: Anna Izabel da Costa Ferreira. Ela publicou um artigo com o título de “Senhoras eleitoras”. Nesse artigo, ela se declarou brasileira, professora pública, residente em Mogi-Mirim, com idade de 34 anos e filha de José Egydio da Costa Ferreira. Não encontramos maiores informações sobre sua trajetória de vida, mas acreditamos ter sido essa mulher uma pessoa bem instruída e atenta às discussões políticas de sua sociedade. Na publicação, Anna Izabel Ferreira questionava a interpretação dada ao artigo 2º da Constituição Imperial de 1881, que estabelecia o sufrágio universal. Anna Ferreira argumentou que as mulheres estavam inseridas na categoria “cidadãos”, presente na Constituição, e que, portanto, também tinham direito ao voto. A professora foi ousada ao propor tal questionamento e, principalmente, por colocá-lo em discussão. Isso demonstrou sua peculiaridade frente às demais mulheres de seu tempo, que estavam preocupadas em discutir questões muito distantes da política e dos direitos das mulheres.

Vale ressaltar que as atitudes dessas mulheres que analisamos, não eram casos excepcionais. Nos últimos anos, pesquisadoras e pesquisadores têm resgatado trajetórias de vida de mulheres de garra como as aqui tratadas, das quais muitas eram professoras e lançavam mão da imprensa como veículo de suas idéias feministas.⁶⁴ Além disso, por todo nosso território circulavam jornais de propriedade feminina, como: *O Miosótis*, em Recife; *O Jornal das Moças*, de Teresina; *A Palavra*, de Alagoas;⁶⁵ *Escrínio e Corymbo*, no Rio Grande do Sul; *Paternon*, de Porto Alegre.⁶⁶

Conclusões

Um dos objetivos de nossa pesquisa foi o resgate de nomes e idéias ainda pouco ou nunca mencionados na historiografia e áreas afins. Porém, talvez a maior relevância desse trabalho não seja o fato de colocar em destaque cada uma daquelas mulheres, mas sim trazer à tona as idéias feministas das mesmas. Afinal, percebemos nos escritos, que a questão em pauta não era propiciar a melhoria de vida de cada uma individualmente, mas conquistar direitos para as mulheres.

A ação coletiva das mulheres do século XIX, através da imprensa, nos levou a concluir que o veículo utilizado por elas foi crucial para que seus ideais pudessem ser concretizados. Pois, sem a imprensa a comunicação daquela categoria seria praticamente impossível. Os jornais tornaram-se um recurso viável, por estar expandindo sua circulação e pela projeção que o sexo feminino começava a ter naquele momento. Vale lembrar que a participação feminina nos periódicos também foi uma conquista do “belo sexo”, pois até então era um espaço eminentemente masculino.

Desta forma, aquele grupo minoritário de mulheres conseguiu propagar suas idéias e reivindicações, permitindo que seus escritos atingissem diversos públicos leitores, como jornalistas, professores, políticos, pais de família, mães de famílias, estudantes e moças. Apesar da visível oposição que as mulheres enfrentaram na imprensa,⁶⁷ o fôlego das mesmas parecia aumentar a cada dia. Além disso, o contato com novos artigos – seja os favoráveis ou os desfavoráveis – contribuiu para o amadurecimento da luta, ao estimular suas reflexões.⁶⁸ Portanto, a presença feminina na imprensa fez com que homens e mulheres compartilhassem concepções, construíssem identidades⁶⁹ e, principalmente, lançassem subsídios para a articulação de um Movimento Feminista no Brasil.

Nesse momento, é relevante para nossa conclusão utilizar o conceito de “consciência de gênero” formulada por Eleni Varikás. Segundo a autora, tal consciência “sem desembocar obrigatoriamente no feminismo, constitui uma etapa preliminar e um terreno propício sobre o qual o feminismo fundamentou-se: a consciência de fazer parte de uma comunidade biológica, assim como social, com a qual repartimos experiências e interesses comuns; a consciência que este grupo não ocupa a posição que merece; pelo desejo de melhorar essa posição (...)”.⁷⁰

Concluimos, então, que a circulação de idéias e reivindicações na imprensa do século XIX foi responsável pela construção da “consciência de gênero”. Mas vale enfatizar que essa consciência não foi formulada sem relações com concepções masculinas, pois esteve presente o uso de apropriações de discurso. Para sustentar essa conclusão, retomamos o historiador francês Roger Chartier. Segundo ele, a partir do século XVI, com os avanços do “processo civilizador” (tal como trabalhado por Norbert Elias), o Estado reduziu o uso de violência bruta, para investir em lutas simbólicas. A partir desse momento, a construção da identidade feminina se sustentava na interiorização dos discursos masculinos, pelas mulheres, “que garantem (ou devem garantir) que as mulheres consintam com as representações dominantes da diferença entre os sexos”⁷¹. Desta forma, tais representações que remetiam à inferioridade feminina eram repetidas e expostas nos pensamentos de homens e mulheres. Mas, como alerta o próprio autor, não significa que a incorporação da dominação excluía a possibilidade de manipulações. Chartier chama essa tática de “efeito de beleza”, isto é, utilizar o discurso de dominação para seus próprios objetivos. Portanto, conformar-se com as concepções impostas pelos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também propiciar o deslocamento ou subverter tal relação de dominação. Nesse caso, a incorporação da linguagem da dominação pode ser reempregada como forma de resistência.⁷²

Portanto, a circulação de materiais impressos produzidos por homens e mulheres foi o grande articulador do movimento que denominamos “Feminismo Tipográfico”. Torna-se fundamental esclarecer que não se trata de um tipo de feminismo menor ou menos eficaz, mas de um movimento que começava a se articular. Parafraseando E. P. Thompson podemos dizer que a identidade feminina se forjou na luta, à medida que mais e mais mulheres se aventuravam pelos espaços até então tradicionalmente masculinos, expondo seus pontos de vista, suas maneiras peculiares de pensar e agir.

Desta forma, o “feminismo tipográfico” foi marcado por algumas características importantes: 1. de feminismo veiculado por periódicos impressos, os quais acabaram por moldar algumas das propostas apresentadas; 2. estas propostas seriam: educação e direito de cidadania (particularmente em relação ao voto). Não por acaso, tais reivindicações emergiram em veículos impressos, formuladas geralmente por professoras e mulheres de letras, cuja inserção no meio jornalístico era muitas vezes

facilitada por vínculos familiares e/ou matrimoniais. Tratavam-se, portanto, de mulheres que viviam no mundo das letras, que acreditavam no caráter emancipador da educação, e no mundo político, uma vez que a maioria dos jornais era vinculada a algum partido ou facção política. 3. o fato de se tratar de veículo dominado por homens teria moldado este feminismo no sentido de aceitar em parte o papel que o “sexo forte” atribuía às mulheres, mas reivindicando melhorias para que o mesmo papel pudesse ser exercido. Entre elas estava o direito a uma educação de qualidade, equiparada à masculina, e não apenas uma preparação para exercer a função de mãe. 4. a caracterização do "feminismo tipográfico" não exclui a possibilidade de terem existido outras formas de manifestação das mulheres através de outros espaços e veículos.

Com esse trabalho tentamos mostrar que a historiografia, influenciada pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX, tendeu a privilegiar em seus estudos, o caráter mais institucionalizado do feminismo, perdendo de vista mulheres e/ou grupo de mulheres que combateram o preconceito e a discriminação em período anterior. Além disso, buscamos trazer reflexões sobre a construção de idéias femininas/feministas, num recorte temporal que ainda é pouco estudado. Porém, acreditamos ser necessário voltar também os olhos para o período que precede a consolidação do movimento, para compreender melhor a dinâmica das idéias feministas. Afinal, é um equívoco pensar que todos os ideais de emancipação e sufrágio surgiram no século XX. A partir de nossa pesquisa, tentamos apresentar ao leitor, que tais idéias já estavam sendo questionadas e refletidas entre os homens e mulheres no século XIX. Por isso, a cada número dos jornais pudemos perceber posicionamentos mais elaborados e até mesmo mais radicais. A reivindicação pelo voto, por exemplo, só apareceu no fim do século, quando inúmeras questões relacionadas às liberdades femininas já haviam sido discutidas. Assim sendo, o movimento liderado por Bertha Lutz, na década de 1920, pode ter se beneficiado das lutas empreendidas pelas feministas do período anterior.

Referências Bibliográficas

- ¹ Esse crescimento no Brasil pode ser percebido pelo número de publicações dedicadas às relações de gênero e aos estudos sobre as mulheres, como: *Cadernos Pagu*, *Caderno Espaço Feminino*, revista *Estudos Feministas* e *Labrys*; aos eventos, como o “Fazendo Gênero”; aos GT’s de Estudo de Gênero criados nas ANPUHs regionais e nacionais; e aos programas de Pós-Graduação como o da UFBA, que oferece o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.
- ² Esse trabalho que apresentamos é fruto de pesquisas realizadas durante a graduação, as quais foram desenvolvidas em projetos de Iniciação Científica. Ao fim da bolsa, fomos agraciados no 7º Prêmio Destaque do Ano da Iniciação Científica 2009, além nos ser concedida a renovação da bolsa. Em outubro do mesmo ano, a pesquisa recebeu Menção Honrosa, da Universidade Federal de Viçosa.
- ³ MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.9.
- ⁴ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. 17ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus e Elsevier Editora Ltda, 1997, p. 281.
- ⁵ *Ibidem*, p.283.
- ⁶ SOIHET, Rachel. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher 1919-1937. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, 1974.
- ⁷ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ⁸ LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- ⁹ As fontes pesquisadas são cópias microfilmadas ou digitalizadas, algumas pertencem ao acervo do LAMPEH (Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica), localizado na Biblioteca Central, no campus da Universidade Federal de Viçosa; outras foram adquiridas durante a pesquisa.
- ¹⁰ “Folhetim” é uma seção dos jornais, que se localiza, geralmente, no rodapé da primeira página do jornal. Nesse espaço, encontramos crônicas, poemas e contos, mas os folhetins são dedicados, principalmente, aos romances fragmentados, ou seja, romances que são publicados em partes todos os dias nos jornais (esse formato lembra nossas atuais telenovelas, que são exibidas uma parte por dia). Em nossa pesquisa, trabalhamos apenas os folhetins que veicularam romances, pois neles as idéias dos autores são mais perceptíveis e detalhadas, devido a extensão dos textos.
- ¹¹ França Júnior foi um folhetinista muito conhecido na época, publicando em jornais como *Correio Mercantil* e *A Província de São Paulo*. Ele era conhecido por suas críticas ao chamado “progressismo”, por seu espírito conservador e por revelar muito dos costumes da época em seus escritos. Além disso, França Júnior se revelou contrário às idéias feministas, ao criticar a presença de mulheres nos cursos superiores e ao deixar claro que o espaço destinado ao sexo feminino era o lar.
- ¹² FRANÇA JÚNIOR. *Política e Costumes: folhetins esquecidos (1867-1868)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1957.
- ¹³ Joana Paula Manso de Noronha era argentina, nascida em 26 de junho de 1819. Seu pai mudou-se para o Brasil e, em 1844, Joana Paula casou-se com um músico português chamado Francisco Sá Noronha. Em 1848, Joana Noronha tornou-se cidadã brasileira, para estudar medicina. O marido de Joana Paula a abandonou por apaixonar-se por outra mulher em Portugal. Em 1859, Joana Noronha retornou para Argentina, onde foi diretora e contribuiu na imprensa de seu país natal. Ver: VASCONCELLOS, Eliane. Joana Paula Manso de Noronha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. 2ª ed. rev. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 228.
- ¹⁴ Infelizmente não conseguimos muitas informações sobre essa jornalista, mas é interessante dizer que ela recebeu auxílio do próprio marido Joaquim Bernardino da Costa Aguiar, o qual deu instruções gramaticais à esposa. Ver: BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio*

de Janeiro, século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988, p.113.

- ¹⁵ DUARTE, Constância Lima. *Apud*: ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no século XIX (1873/1890). Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, em 2006, p. 9.
- ¹⁶ COELHO, Nelly Novaes. A Emancipação da mulher e a imprensa feminina (séc. XIX- séc.XX). Disponível em: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>. Acessado em: 6 de maio de 2009.
- ¹⁷ Esse texto sobre a imprensa foi trabalhado em nossa monografia. Ver: SOUTO, Bárbara Figueiredo. Feminismo tipográfico, identidades e representações: a mulher na imprensa de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (1870-1890). Monografia defendida no Departamento de História, da Universidade Federal de Viçosa, 2009, p.32-34.
- ¹⁸ McLUHAN, Marshall. *Apud*: ATEM, Guilherme Nery. Semiocapitalismo e mídia na modulação das afecções: de McLuhan a Todd Gitlin. *Rumores*, USP, São Paulo, v.1, n.2, jan.-jul., 2008.
- ¹⁹ DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminina. *In*: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli (Org). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG; Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999, p.430.
- ²⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-116.
- ²¹ A materialidade do jornal feminino será tratada com mais minúcia devido às suas peculiaridades. Já os demais jornais, por se assemelharem muito entre si e entre os demais jornais que circularam na época serão tratados de forma mais sucinta.
- ²² CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v.5, n.11, jan/abril 1991, p.6.
- ²³ Como ocorreu no ano de 1876, período em que a redatora adquiriu febre amarela e precisou se ausentar por um tempo das publicações.
- ²⁴ No jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, o editorial era publicado sob o título “O Quinze de Novembro”.
- ²⁵ Ainda hoje, a biografia dessa importante jornalista causa polêmica, pois autores como Sacramento Blake afirmam que ela era irmã do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo e que teria nascido no Rio de Janeiro. Em contrapartida, autores como Américo Oliveira e Mario Viana defendem que Josephina Azevedo era natural de Recife, Pernambuco. Para mais detalhes da trajetória da jornalista e sua faceta dramaturga, ver: SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O Florete e a Máscara: Josefina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2001.
- ²⁶ Josephina Álvares de Azevedo também assina artigos com esse apelido.
- ²⁷ Na última iniciação científica da graduação (2009-2010), enquanto bolsista do CNPq, fiz um levantamento dos folhetins nos jornais *A Família*, *O Sexo Feminino*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, *Colombo*, *A Província de Minas* e *A Província de São Paulo*. Esse levantamento superou nossas expectativas, pois acumulamos mais de 900 páginas de levantamento, o que pode indicar um crescente público feminino leitor e certa preocupação com a leitura feminina na época, já essa seção era comumente destinada ao “bello sexo”.
- ²⁸ O romance-folhetim é, na opinião de Marlyse Meyer, um gênero novo, pois a necessidade de manter a atenção do leitor fez com que os escritores criassem sempre situações de suspense ao final de cada capítulo. Isso não acontece no romance tradicional. Dessa forma, “romance” é diferente de “romance folhetim”. Entretanto, questão não pára no suspense, pois é importante ressaltar que o escritor se preocupava com seu público, admitia interferências deste na obra...é a opinião pública interferindo no processo de criação. Ver: MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ²⁹ CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 5-7.

-
- ³⁰ D.P. A educação da mulher. *A Província de São Paulo*, São Paulo. 23/01/1876. Questões Sociaes, p.1-2.
- ³¹ Francisco Rangel Pestana foi um homem de carreira importante naquele período. Além de ser um dos proprietários do jornal *A Província de São Paulo*, ele formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo; foi advogado e professor; assumiu cargos públicos como o de Vice-Presidente do Banco da República, o de redator do *Diário Oficial* e o de Presidente do Banco do Brasil; e entre os anos de 1844 e 1903 exerceu mandatos de Deputado Provincial, Senador e Deputado Federal.
- ³² JORDÃO, E. O collegio para meninas em São Paulo. *A Província de São Paulo*, 21/05/1876. Questões Sociaes, p.1.
- ³³ FERREIRA, Antonio Celso. Para ler nos Caminhos do Ferro: O *Almanach Litterario de São Paulo* (1876-1885). *Patrimônio e Memória*, UNESP, FCLAS, CEDAP. São Paulo, v.2, n.1, 2006. p.5. Disponível em: http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v2.n1/antonio%20celso%20ferreira.pdf. Acessado em: 16 de março de 2009.
- ³⁴ “Cômputo eclesiástico é o conjunto dos cálculos que permitem determinar, em cada ano, a data da Páscoa e das outras festas móveis do calendário litúrgico.” Enciclopédia Católica Popular. Disponível em: http://www.portal.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=380, acessado em 18/10/2009.
- ³⁵ MENDONÇA, Lucio de. José Maria Lisboa e o Almanak Litterario de S. Paulo. *A Província de São Paulo*. 18/01/1877. Letras e Artes, p. 1.
- ³⁶ FERREIRA, Antonio Celso. *Op. cit. loc cit.*
- ³⁷ LEITE, Palmyra Cerqueira. A educação da mulher – I. *A Província de São Paulo*, 27/01/1876. Questões Sociaes, p.1.
- ³⁸ ZARUR, George de Cerqueira Leite. O Reverendo José Ozias Gonçalves por sua esposa Nephalia de Cerqueira Leite Gonçalves. Disponível em: <http://www.georgezarur.com.br/pagina.php/62>. Acesso em julho de 2009.
- ³⁹ CARVALHO, Maria Vaz de. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Apud: Biblioteca Digital do Alentejo. Disponível em: http://www.bdalentejo.net/conteudo_a.php?id=106. Acessado em: 16 de março de 2009.
- ⁴⁰ *Ibidem, loc cit.*
- ⁴¹ BELLINE, Maria Helena Cizotto. Júlia Lopes de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho: vozes femininas? *Via Atlântica*, São Paulo, nº 2, julho, 1999, p. 44.
- ⁴² Disponível em: http://www.esferadocaos.pt/catalogo_detalhe_esfera21.html. Acessado em 8 de novembro de 2009.
- ⁴³ CARVALHO, Maria Amalia Vaz de. Carta a uma noiva. *A Província de São Paulo*, São Paulo. 29/08/1878. Variedade, p.1.
- ⁴⁴ AS MULHERES cursando a Universidade de Cambrigde. *O Sexo Feminino*, Campanha. 28/01/1874. Litteratura, p.3-4.
- ⁴⁵ A MULHER. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro. 08/08/1875. Seção O Sexo Feminino, p.1-3.
- ⁴⁶ NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J., *Op. cit.*, p. 434.
- ⁴⁷ Francisca Diniz mudou de tipografia apenas quando passou a residir no Rio de Janeiro.
- ⁴⁸ NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J. *Op. cit.*, p. 431.
- ⁴⁹ DINIZ, Francisca da Motta. Escola Domestica Marianna da Fonseca: Associação para a educação de meninas. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 06/12/1890. p.3.
- ⁵⁰ Segundo o Dicionário Virtual Mulher 500 anos por Baixo dos Panos, Albertina Diniz defendeu a abolição da escravatura na imprensa e em manifestações públicas. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=75>. Acessado em: 17 de março de

2009.

- ⁵¹ Sugerimos que essa assinatura seja de Dionísia Pinto Lisboa (Nísia Floresta), uma das brasileiras precursoras na defesa dos direitos femininos, principalmente no que se refere à educação. Nísia Floresta nasceu em 1809 ou 1810, no Rio Grande do Norte e faleceu em 1885, no Rio de Janeiro. Nossa hipótese baseia-se no fato de que os estudiosos da autora apontam que dentre os pseudônimos utilizados por Dionísia havia um que era *Une Brésilienne*. Ver a introdução escrita por Peggy Sharpe-Valadares na obra FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989, p. 7.
- ⁵² Segundo Peggy Sharpe-Valadares, uma das dificuldades de reconhecer toda a contribuição de Nísia Floresta na imprensa era justamente por ela lançar mão de vários pseudônimos e principalmente, por utilizar **três asteriscos** como assinatura, ou mesmo não assinar suas produções. Ver: *Ibidem*, p.21.
- ⁵³ TORREZÃO, Guiomar. Narciza Amália. *A Província de São Paulo*, 16/11/1877. Letras e Artes, p.1-2.
- ⁵⁴ PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narciza Amália. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Op. cit.*, p. 534-536.
- ⁵⁵ TORREZÃO, Guiomar. Narciza Amália. *A Província de São Paulo*, 16/11/1877. Letras e Artes, p.1-2.
- ⁵⁶ PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narciza Amália. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Op. cit.* p.536.
- ⁵⁷ TORREZÃO, Guiomar. Narciza Amália. *A Província de São Paulo*, 16/11/1877. Letras e Artes, p.1-2.
- ⁵⁸ PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narciza Amália. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Op. cit.* p. 536-537.
- ⁵⁹ MUZART, Zahidé Lupinacci. Inês Sabino. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Op. cit.*, p.591.
- ⁶⁰ *Ibidem*, p. 591-592.
- ⁶¹ *Ibidem*, p. 591-596.
- ⁶² *Ibidem*, p. 594.
- ⁶³ *Ibidem*, p. 596.
- ⁶⁴ Ver por exemplo as obras: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Op. cit.*; DUARTE, Constancia Lima. *Op. cit.*
- ⁶⁵ DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. *Op. cit.*, p.430.
- ⁶⁶ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.426.
- ⁶⁷ Um grande opositor das idéias feministas foi França Júnior, que deixou transparecer tais idéias em seus folhetins e artigos. A título de exemplo ver: JUNIOR, França. A dona de casa. *A Província de São Paulo*, São Paulo. 18/01/1885. Variedade, p.1; JUNIOR, França. O dono da casa. *A Província de São Paulo*, São Paulo. 06/02/1885. Variedade, p.1; OSÍRIS (pseudônimo). Rio, 25 de julho de 1867. In: FRANÇA JÚNIOR. *Op. cit.*
- ⁶⁸ A nosso ver, o jornal *O Sexo Feminino* foi um exemplo de amadurecimento intelectual de sua redatora e colaboradoras. Esse periódico surgiu em 1873, levantando a bandeira da educação feminina. Mas com o tempo, as idéias ali veiculadas foram diversificando e tornando-se mais elaboradas, ao tratar da escravidão, do casamento e do sufrágio feminino, por exemplo.
- ⁶⁹ A questão da construção de identidades femininas através da imprensa foi trabalhada em nossa monografia de conclusão de curso. Ver: SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Op. cit.*, p.63-70.
- ⁷⁰ VARIKÁS, Eleni. *Apud*: RAGO, Elizabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007., p.27.
- ⁷¹ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas: UNICAMP, nº 4, 1995., p.40.
- ⁷² *Ibidem*, p.41-42.